



# Estado com dificuldade em contratar advogados para duelo com a Galp

**Gás** Escritórios melhor posicionados para apoiar Estado em processo de 500 milhões são os mesmos que integram 'legal panel' da Galp.

**Filipe Alves**  
filipe.alves@economico.pt

A procissão ainda vai no adro, mas a estratégia da Galp Energia na batalha jurídica contra o Estado em torno dos contratos de aquisição de gás natural de longo prazo está já a produzir resultados. Ao que o Diário Económico apurou, o Governo está a ter dificuldade em contratar advogados para este processo de 500 milhões de euros, dado que os escritórios que, à partida, estariam melhor posicionados para prestar esse apoio, são os mesmos que integram o 'legal panel' da Galp.

A petrolífera dispõe de uma rede de sociedades que a apoiam em determinadas áreas e que inclui a maioria dos grandes escritórios portugueses. Fazem parte

deste 'legal panel' a Cuatrecasas, a PLMJ, a SRS Advogados, a Morais Leitão e a Vieira de Almeida, entre outras das principais sociedades nacionais. Ao que o Económico apurou, alguns destes escritórios terão sido abordados pelo Governo, mas declinaram a oportunidade de assessorar o Estado, devido ao conflito de inte-



**Rui Oliveira Neves,** antigo sócio da Morais Leitão especialista em questões energéticas, assumiu no ano passado a direcção jurídica da Galp Energia.

resses decorrente do facto de fazerem parte do 'legal panel' da Galp. Outros estarão impedidos de trabalhar quer com o Estado, quer com a Galp, dado que têm ambos como clientes noutros processos na área da energia.

Desta forma, o ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia deverá recorrer, para já, aos seus juristas internos. Um problema que já tinha sido sentido pelo Governo quando foram renegociados os contratos de produção (CMEC) com a EDP.

O arsenal da Galp inclui ainda o seu director jurídico, Rui Oliveira Neves, antigo sócio da Morais Leitão e considerado um dos melhores especialistas portugueses nesta área. Oliveira Neves foi contratado pela Galp no ano passado e é tido como o

principal estratega da petrolífera nesta 'guerra' jurídica.

Tal como o Diário Económico noticiou, em causa estão os contratos de aquisição de gás natural celebrados com a Nigéria e a Argélia. No final de Abril, o ministro Jorge Moreira da Silva anunciou a intenção de forçar a petrolífera a partilhar com os consumidores as mais-valias obtidas com as vendas do gás nigeriano, realizadas fora do mercado regulado, onde se incluem os volumes para os mercados internacionais. Em resposta, o grupo liderado por Ferreira de Oliveira tem defendido que os pressupostos do Governo não são correctos.

## Poupança de 500 milhões

O contrato de concessão da Transgás, participada da Galp,

prevê a constituição de um tribunal arbitral para conflitos que não sejam dirimidos, de formal consensual, no prazo de 15 dias.

Moreira da Silva apontou para um montante na ordem dos 500 milhões de euros de ganhos pela Galp, no período entre 2006 e 2012. Valor que, segundo as suas estimativas, permitirão diminuir em 5% as tarifas do gás natural, num período de três a quatro anos.

Contactados, os escritórios não comentaram. Já fonte oficial da Galp frisou que a empresa "trabalha regularmente com diversos escritórios de advogados nacionais e internacionais, mas por uma questão de princípio não comenta o seu relacionamento com prestadores de serviços, seja de que natureza forem." ■